

**Dossiê: A antropologia da saúde na pandemia da Covid-19: reflexões teóricas,
metodológicas e éticas****Apresentação**

Ana Paula Marcelino da Silva

Universidade Federal da Paraíba

marcelinopaula5@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3564-3797>

Fernanda Gabriele Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

fernandag_moura@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0001-6437-2928>

A constante reinvenção da antropologia ao longo da sua história está apoiada nas reflexões epistemológicas advindas de contextos históricos que acabam por apresentar novas formas de engendramentos metodológicos e temáticos. As reflexões de campo que culminaram em trabalhos antropológicos na área da política, cultura e sociedade, estão sempre em revisão, em um movimento de examinar e repensar o processo metodológico de acordo com as condições atuais. Para tanto, é necessário um processo de autoavaliação da disciplina que evidencie seus pontos fortes e fracos ao longo da sua trajetória com o intuito de recalculá-la, sem deixar de lado todos os avanços e progressos feitos até o determinado momento. Essa premissa de se autoavaliar e tecer críticas sobre sua atuação é um diferencial da antropologia na produção científica.

Enfrentamos a pandemia da Covid-19 completamente desorientados pelas causas e consequências que o vírus poderia ter em nossas vidas. Para além do lugar de pesquisadores/as, nossos sentimentos e dores acionaram empatia por cada contexto

específico que não poderíamos ajudar. Interlocutores/as, comunidades e sociedades inteiras foram e continuam sendo diretamente atingidos pelas desastrosas consequências sociais, políticas e econômicas da pandemia. Durante dois anos, medidas de distanciamento social foram tomadas para tentar conter o poder infeccioso do vírus, no entanto, as próprias condições de exploração do trabalho e poucas condições econômicas de se manter confinado em casa atuaram contra as políticas pandêmicas e enfatizaram um cenário de inseguranças e medo em diferentes lugares do mundo. Por outro lado, o negacionismo político esteve constantemente atuando contra as políticas públicas de enfrentamento à Covid-19. O aumento no número de infectados, assim como a constante baixa no número de vacinados, contribuíram negativamente para a contenção do vírus e para a segurança social.

Os próprios antropólogos e antropólogas, acostumados com o trabalho de campo e a interação social, se viram em meio a dificuldades de se conectarem às comunidades estudadas ou aos/às interlocutores/as. Em geral, as formas mais clássicas do fazer etnográfico se tornaram até mesmo “perigosas”, nos fazendo pensar nos impedimentos e adequações que teriam que ser adotados nos espaços de pesquisa diante do isolamento social. Entramos em uma imersão entre as metodologias mais “canônicas” e mais “modernas” de se fazer antropologia, sempre pensando na integridade física e mental de todos os envolvidos. As diversas subáreas da antropologia se desafiaram, por necessidade e curiosidade, a pensar como seria possível fazer um trabalho de campo naquelas condições, produzindo maneiras de se adequar a cada nova peculiaridade que surgia em campo, e com atenção para suas possíveis consequências.

No entanto, outros eventos epidêmicos e pandêmicos já acionaram mudanças de rotas e sobreposição de metodologias, como a recente epidemia do vírus Zika. Toda uma leva de antropólogos e antropólogas de vários campos como gênero, saúde, política, deficiência (Porto, Costa, 2016; Fleischer; Lima, 2020), inclusive aqueles que transitam entre esses campos, produziram, teórica e praticamente, trabalhos que ligaram o Brasil a um contexto específico. E, na mesma importância disso, não aceitaram o suposto fim de um evento crítico (Das, 2020a), que atuava como proposta de resolução suficiente para minimizar a urgência do frenesi das desigualdades sociais acionadas por esses contextos. Comumente um evento de manifestação coletiva de uma doença está mais ligado à sua progressão patológica do que a maneira como ela afeta a sociedade, do seu impacto social e a quem ela vulnerabiliza (Smith, 2019). Isso é o que aprendemos com a antropologia.

Por esse caminho, chegamos ao primeiro ano desde a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à Covid-19 e, nesse meio tempo, as formas de nos adaptarmos e refletirmos sobre essa nova realidade se tornaram cada vez mais diversas. Isso impulsionou estratégias e desenhos metodológicos que estão sendo usados também em pesquisas atuais, e que marcam um novo tempo para a antropologia. Pensando em sintetizar um pouco das novas metodologias e experiências de campo, propomos nesse dossiê uma exposição do impacto da Covid-19 na antropologia e no trabalho de campo.

Especialmente no campo da antropologia da saúde, a ausência de atuação presencial se tornou mais latente. Hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), hemocentros e clínicas implementaram, por um período ainda maior do que outros ambientes, medidas rigorosas de biossegurança contra os avanços do vírus. Por outro lado, as pesquisas em ambientes mais “domésticos” também foram desaconselhadas com o intuito de proteger os/as pesquisadores/as e interlocutores/as. As próprias condições da volta ao campo, com máscaras e distanciamento, concomitantes ao negligenciamento dos estudos das ciências humanas em espaços de crise, impactaram negativamente na implementação de metodologias e reflexões de campo. Esse cenário instigou os/as antropólogos/as que pesquisam sobre saúde a buscarem uma reestruturação metodológica que não se apoiasse diretamente na produção de dados de campos em ambientes físicos, mas que possibilitasse outras maneiras de observar e monitorar dados de pesquisa. Dessa forma, alguns desses novos métodos produzidos e adequados ao fazer “antropológico da urgência” (Smith, 2019) foram uma descoberta para pesquisadores/as da saúde e contribuíram com diferentes campos de pesquisa.

Outra possibilidade utilizada nas ciências humanas e, mais especificamente na antropologia, foi a construção de redes de pesquisa que proporcionam a oportunidade de compartilhamento de dados, reflexões e relatos de campo. Em especial, daremos ênfase a duas redes da antropologia da saúde. A primeira delas é a Rede Antropo-Covid, sediada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tem como objetivo mapear ações não farmacológicas de controle e gestão da crise sanitária. A segunda é a Rede Covid-19 Humanidades, sediada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenada pelo professor Jean Segata que, assim como a Antropo-Covid, possui caráter nacional e tem o intuito de propor pesquisas, eventos, apresentações e conteúdos audiovisuais acerca do impacto da Covid-19 no cotidiano da população brasileira. Essas redes se movimentam nas fronteiras entre a saúde e outros temas, e dão ênfase ao epicentro da pandemia e às questões produzidas a partir dela. É importante ressaltar

também que elas seguem produzindo conteúdo nesse momento posterior à pandemia da Covid-19 — que pode ser encontrado nas plataformas das redes. A mobilização de pesquisadores/as, predominantemente no modelo remoto/on-line, abriu diversos caminhos epistemológicos e metodológicos que têm contribuído para o desenvolvimento das pesquisas antropológicas ao redor do Brasil.

No intuito de resguardar o valor e a importância da atuação das ciências humanas nos espaços de saúde, as redes de pesquisa sobre a Covid-19 atuaram com outros propósitos também. As duas redes citadas abriram um leque de possibilidades para a compreensão das diversidades metodológicas nas quais os pesquisadores inseridos encontraram apoio e acolhimento na representação não somente de seus objetivos profissionais, mas também humanos. A distribuição de bolsas de pesquisa (a nível de iniciação científica, mestrado e doutorado) contribuíram como políticas de permanência nas universidades diante da crise econômica decorrente da pandemia, além do próprio auxílio entre estudantes e pesquisadores para manutenção e rearranjo das pesquisas.

Como fruto de uma iniciativa conjunta entre as redes de pesquisa Antropo-Covid e Rede Covid-19 Humanidades, o primeiro texto desse dossiê é resultado de uma entrevista realizada com docentes envolvidas na organização das redes. Como representantes da Rede Antropo-Covid, tivemos a presença da Profa. Dra. Sônia Maluf, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e da Profa. Dra. Mónica Franch (UFPB). Como representante da Rede Covid-19 Humanidades, contamos com a participação da Profa. Dra. Rozeli Porto, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Juntas, elas refletiram sobre os processos de organização que deram origem às redes e como foi possível produzir conhecimento a partir das ciências humanas durante os reveses provocados pela crise sanitária. A entrevista também abre possibilidades para o rumo dessas redes após o “fim” da pandemia da Covid-19, nos lembrando que os resquícios das desigualdades acentuadas pela crise estão longe do fim e que, pelo contrário, parecem ter encontrado mais espaço para se propagarem de maneira mais acentuada.

A pandemia no Brasil: alguns apontamentos

A produção bibliográfica e acadêmica durante a pandemia da Covid-19 nas ciências sociais foi significativa desde os primeiros momentos, apesar do contexto desfavorável. Essa produção, que se estendeu em outras áreas de pesquisa, passou a procurar

compreender, de forma concomitante ao ineditismo dos acontecimentos, como a crise sanitária interferia no cotidiano das pessoas e quais das estratégias de mitigação postas em prática foram efetivas para o controle do agente biológico causador do problema. Considerando a pandemia da Covid-19 como “evento crítico”, Veena Das (2020a) procurou refletir justamente sobre os desdobramentos dessa quebra acentuada no cotidiano das pessoas à luz de pesquisas anteriores sobre momentos críticos semelhantes, oriundos, sobretudo, de conflitos bélicos em algumas comunidades da Índia (Das, 2020b). A cisão ou ruptura crítica provocada, no caso da Covid-19, por um agente invisível e de difícil combate tinha, à época, potencial para acentuar desigualdades históricas que, em última instância, culminariam (o que infelizmente acabou se confirmando) na precarização acentuada de algumas populações e no alto número de mortes entre pessoas de grupos mais vulneráveis.

Como um país detentor de desigualdades estruturais, no Brasil, a pandemia da Covid-19 não provocou desdobramentos diferentes. A ascensão de um governo cujas principais características eram o viés econômico neoliberal, o desprezo e a perseguição às instituições mantenedoras do estado democrático de direito, o negacionismo científico e o questionamento infundado acerca da credibilidade do método científico, o apelo às violências em prol de uma suposta liberdade e o desmantelamento de políticas públicas essenciais também no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo antes da pandemia, acabaram trazendo consequências irreparáveis durante a crise sanitária. Dada sua dimensão territorial, diversidade e desigualdade regional, o Brasil sempre lidou com dificuldades na gestão de políticas de Estado mais abrangentes, ao mesmo tempo em que passou a ser referência em alguns casos específicos, como na efetividade comprovada do Plano Nacional de Imunização (PNI) e na estruturação do sistema de saúde, com destaque à atenção básica.

Com a crise instalada, o Estado passou a ser mais necessário do que nunca, tanto para gerir o problema em seu aspecto sanitário, quanto para evitar o agravamento de crises sobrepostas à sanitária, como a econômica e a social. O Estado, portanto, deveria atuar como principal suporte para uma gestão adequada do problema. Laura Carvalho (2020) destacou que o vírus seria responsável pela volta do Estado como principal responsável pela gestão do problema. Entretanto, não foi o que aconteceu. Com a curva estatística de mortos e infectados em ascensão e sem orientações concretas e efetivas para gerir a crise (ou as crises), o Estado brasileiro, comandado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, foi responsável por uma das maiores catástrofes sanitárias da história do país que, vale lembrar, tem um dos maiores sistemas de saúde

pública do mundo. O fator decisivo para a consolidação dessa catástrofe foi, sobretudo, a explícita inclinação neoliberal (Ortega; Orsini, 2020) a partir da qual o Governo Bolsonaro comandou o Estado brasileiro desde que assumiu, em 2019.

Isso significa que a omissão foi a forma como o Governo Bolsonaro geriu a crise sanitária no Brasil e o fez a partir do próprio arcabouço legal e institucional do Estado. Conforme foi demonstrado em um levantamento das ações do governo federal durante o ano de 2020 feito por Deisy Ventura e Rosana Reis (2021), houve uma ação estratégica de disseminação da Covid-19, que passou, inclusive, pela instalação de uma crise federativa, principalmente entre os estados do Norte e Nordeste, que historicamente já possuem desigualdades estruturais. De acordo com as autoras:

Como resultado da estratégia que, segundo o Tribunal de Contas da União, configura a “opção política do Centro de Governo de priorizar a proteção econômica”, o Brasil ultrapassou a cifra de 200 mil óbitos em janeiro de 2021, em sua maioria mortes evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença. Isto constitui uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros, sem que os gestores envolvidos sejam responsabilizados, ainda que instituições como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União tenham, inúmeras vezes, apontado a inconformidade à ordem jurídica brasileira de condutas e de omissões conscientes e voluntárias de gestores federais (Ventura; Reis, 2021, p. 7).

Se ao final da análise feita por Ventura e Reis (2021) de mais de três mil normas, o número de óbitos ultrapassou os 200 mil, quando decretado o fim da pandemia da Covid-19 pelo governo federal, com a publicação pelo Gabinete do Ministro da Saúde da Portaria GM/MS nº 913 em 22 de abril de 2022 e de acordo com dados do Portal Covid-19 no Brasil do SUS, o país registrava 626.5424 óbitos¹ naquele momento, mesmo com mais de um ano do início do plano de imunização. O SUS havia falhado?

A linha do tempo, retomada a partir de 14 de janeiro de 2021, data em que a primeira vacina contra a Covid-19 fora aplicada, apresenta elementos dessa estratégia de disseminação que não cessou com o advento da imunização. A demora na chegada e aplicação das doses, a ascensão do negacionismo e a recusa de boa parte da população em tomar a vacina ou optar por soluções sem comprovação científica para combater a doença,

¹ Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

além de casos de superfaturamento e fraude em licitações envolvendo vacinas e outros insumos como equipamentos hospitalares, seguiram a mesma estratégia neoliberal de omissão estatal na gestão da crise.

Todas essas questões foram levantadas durante a execução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pelo Senado Federal para apurar as responsabilidades de diversos agentes públicos, inclusive ministros de Estado, na gestão da pandemia. O relatório final, apresentado depois de diligências e oitivas públicas, tem cerca de 1300 páginas, mas ainda não foi apreciado pela casa legislativa. O relatório apontou a ocorrência de diversos crimes, como charlatanismo, prevaricação, organização criminosa e crimes contra a humanidade, tudo devida e estrategicamente engendrado pela conjugação de vontades do Estado e do mercado.

Identificou-se que o gabinete paralelo era composto por médicos, políticos e empresários. O grupo, que não tinha investidura formal em cargos públicos, prestava orientações ao Presidente da República sobre o modo como a pandemia da covid-19 deveria ser enfrentada e participava de decisões sobre políticas públicas, sem que fossem observadas as orientações técnicas do Ministério da Saúde. O fato de não integrarem os quadros da Administração Pública, além de atrapalhar o planejamento e a execução dos trabalhos de combate à covid-19, servia para ocultá-los e dificultava sua responsabilização pelos atos praticados (Brasil, 2021, p. 1271).

Apesar das conclusões ou mesmo diante delas, a Mesa do Senado Federal, comandada pelo senador Rodrigo Pacheco, insiste em não pautar o relatório que pode comprometer, inclusive, parlamentares que atualmente ocupam cadeiras no Congresso, a exemplo do vice-presidente do país à época, Coronel Hamilton Mourão.

A antropologia da saúde na pandemia da Covid-19

No âmbito dos estudos da antropologia da saúde, o maior desafio que se colocou desde os primeiros desdobramentos da pandemia da Covid-19 foi: como as pesquisas seriam realizadas com o interdito colocado pela necessidade de distanciamento social que era, naquele momento, a forma mais eficaz para evitar que o vírus, sobre o qual pouco se sabia, afetasse mais pessoas?

Desde os primeiros boletins publicados na série “Cientistas Sociais e o Coronavírus”, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs),

houve uma preocupação com o processo de interpretação e reflexão concomitante aos acontecimentos e à luz da perspectiva teórico-metodológica das ciências sociais. Desde o primeiro boletim da série, a presença de antropólogos e antropólogas, cuja formação científica depende de um contato profundo com o método etnográfico clássico e suas várias formas de desenvolvimento contidas ao longo de décadas de produção monográfica na disciplina, foi central, e compôs uma costura entre os aspectos mais amplos do problema e sua interferência no âmbito dos estudos antropológicos (Toniol, 2020; Segata, 2020; Carrara, 2020; Grossi; Toniol; Lozano, 2020).

Dentre as ferramentas de trabalho que antropólogos e antropólogas poderiam dispor naquele momento de intensa reflexão e incertezas, a narrativa, já consagrada no âmbito da disciplina em trabalhos como o de Cheryl Mattingly (1998) e Ester Jean Langdon (2001), além do método de descrição clássico, foram fundamentais para a produção de trabalhos que traziam aspectos de cotidianos diversos. Essas duas ferramentas conseguiram unir tempo e espaço novamente, instâncias epistemológicas e de compreensão do mundo que pareciam estar em registros diferentes depois da ruptura provocada na rotina pessoal e profissional desses/as pesquisadores/as que se viram “descampados” (Mello, 2022) de uma hora para outra. Como resultado dessa recomposição espaço-temporal, destacam-se os trabalhos de Ana Paula Marcelino da Silva (2020), Rosamaria Carneiro e Elaine Muller (2020), D’Angelles Vieira e Linderson Oliveira (2020) e Heloísa Wanick (2020), este último sobre o Observatório Antropológico, iniciativa que compreendia docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Mas, além da construção de textos reflexivos acerca de suas experiências como seres também afetados pela pandemia, a antropologia — em especial a da saúde, que se encontrava em uma situação ainda mais complicada, visto que o foco do problema estava justamente nos espaços em que a maioria das pesquisas eram desenvolvidas, a saber, as instituições de saúde — ainda não havia resolvido a principal questão colocada pela pandemia da Covid-19: como fazer pesquisa de campo etnográfica com a necessidade do isolamento social?

Sônia Maluf (2021), em um texto denso e esclarecedor, amplia a compreensão acerca do fenômeno antes de adentrar nos aspectos de ordem ética e metodológica que estavam em questão naquele momento para antropólogos e antropólogas. Saber como produzir conhecimento a partir de um interdito na função da etnografia, no sentido de

Tim Ingold (2015) em relação à antropologia, isso é, como esta disciplina se colocaria como intérprete do problema e quais soluções poderiam apresentar, demandava uma compreensão ampla e, ao mesmo tempo, que considerasse as particularidades culturais das pessoas e dos grupos. Por isso, a passagem para o digital não deveria ser tomada como uma solução desconectada das barreiras colocadas pelo próprio aparato instrumental envolvido em uma simples conexão.

Não estou fazendo uma pesquisa sobre a pandemia na internet, nem sobre a internet durante a pandemia. Mas é necessário reconhecer que a internet é neste momento um processo cultural da pandemia, ou um dos desdobramentos da pandemia como processo social e cultural, assim como a pandemia se produz também como um fenômeno na internet. Seria impróprio dizer que estou tentando fazer alguma etnografia com esses fragmentos que entram pelas janelas e pelas telas que vou recolhendo durante o isolamento? De certo modo estou seguindo o fluxo do mundo, ou de parte dele, que durante a pandemia ocupou o espaço que pode ser chamado de online, digital, virtual, ciber, das redes sociotécnicas, mas que na prática vai chegando para cada um nós no formato de uma tela em geral retangular, através da qual interações, conexões, práticas discursivas e não discursivas, modos de performatividade se produzem (Maluf, 2021, p. 283).

Apesar de não se tratar da produção de uma monografia, os aspectos etnográficos apontados no trabalho de Maluf (2021) são centrais para a compreensão da produção epistemológica da antropologia durante o período mais intenso e incerto da pandemia em 2020.

As redes de pesquisa no campo das humanidades, em especial as duas que compuseram a organização desse dossiê, também produziram trabalhos relevantes, resultados de seminários, palestras e outros eventos e produções que se preocuparam em refletir sobre o processo pandêmico. A dificuldade ou o desafio de produzir conhecimento ao mesmo tempo em que as coisas aconteciam em uma rapidez impressionante, também foram determinantes para o resultado obtido por essa tentativa de capturar um presente etnográfico que se desfazia em questão de dias e que reorganizava a vida de forma intensa.

Conjugando elementos acerca da temática, os artigos que compõem esse dossiê apresentam resultados de pesquisas que surgiram no período pandêmico ou que o antecederam, mas que foram atravessadas ou retomadas em virtude dos desafios colocados à pesquisa etnográfica pelas restrições físicas e virtuais que caracterizam a

pandemia da Covid-19 como um evento cuja excepcionalidade revirou a caixa de ferramentas metodológicas da antropologia.

O primeiro artigo do dossiê discute os impactos da pandemia da Covid-19 em uma pequena aldeia situada na região norte de Moçambique, na África Oriental, e foi intitulado “‘Hiva nymphela ovirela elapo’: etnografia sobre práticas de distanciamento social e outras ‘medicinas’ na pandemia da Covid-19 em Cabo Delgado, Moçambique”. O artigo discute como as práticas e conhecimentos da medicina tradicional da região foram mobilizados desde os períodos iniciais da pandemia, quando não havia um consenso entre as autoridades em saúde sobre como lidar com uma doença, àquela época (março de 2020), desconhecida do ponto de vista clínico e farmacológico, que se propagava ao mínimo contato entre seres humanos. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa, desenvolvida por Zacarias Milisse Chambe da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), estava sendo desenvolvida desde 2016 quando foi atravessada pelo evento pandêmico. No texto, a entrevista se sobressai como ferramenta metodológica fundamental para o autor compreender e vivenciar os aspectos simbólicos e interpretativos a respeito da pandemia e entender quais foram as soluções encontradas pelos moradores para tratar a doença, seja por meio da medicina tradicional ou do conhecimento secular que aquele povo desenvolvera para lidar com os males que já os atingiram.

O artigo seguinte — “‘A nossa parada é a palavra!’: a prática das partilhas em grupos de Alcoólicos Anônimos e a pandemia da Covid-19” — é o primeiro a tratar das questões metodológicas da pesquisa qualitativa a partir de um recorte coletivo. Mariana Oliveira da Fonte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) busca, ao mesmo tempo, compreender como a transição de interlocutores/as membros de grupos de Alcoólicos Anônimos tiveram que lidar com a necessidade de suspensão das reuniões presenciais por causa da pandemia e como a própria metodologia de pesquisa, que antes também era presencial, teve que ser adaptada para o formato virtual por causa da transição do grupo de apoio a esse formato. No texto, a análise das partilhas de experiências entre os membros do grupo, entre si e com a pesquisadora, em reuniões abertas antes da pandemia, fora revisitada diante da “curiosidade” da autora acerca de como seria possível manter as trocas necessárias mesmo com o distanciamento social, que passou a ser central no controle da propagação do vírus. O destaque da autora para o que a motivou a retomar o contato com seus interlocutores em meio à crise sanitária é um bom exemplo de como as etnografias são trabalhos caracteristicamente ressonantes e que instigam a continuidade, mesmo

depois de grandes intervalos. Do ponto de vista metodológico, o texto exemplifica também como a antropologia, no sentido ingoldiano do termo, prescinde de um processo reflexivo constante que aproxima o antropólogo do grupo sobre o qual ele estuda em vez de o distanciar, como acontecia nos clássicos da disciplina.

A antropóloga Roberta do Nascimento Mello, pesquisadora da Rede Antropo-Covid e discente do PPGA da UFPB, traz um recorte geracional para a discussão acerca dos atravessamentos éticos e metodológicos da pesquisa de campo etnográfica durante a pandemia da Covid-19. O trabalho de campo, desenvolvido no âmbito de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes no estado da Paraíba, nordeste brasileiro, foi atravessado pelo fenômeno pandêmico principalmente em termos metodológicos. No artigo intitulado “Deixa eu ver o seu rosto, tia”: significações e dilemas éticos suscitados pelo uso da máscara na realização de uma etnografia presencial durante a pandemia da Covid-19”, a pesquisadora relata como questões de cuidado e autocuidado estabeleceram uma tensão constante e central que provocou a necessidade de reflexões constantes a cada passo do desenvolvimento da pesquisa. Essa tensão implica também em decisões tomadas a partir de uma ética do cuidado que fica implícita durante sua argumentação. Entretanto, o cerne da discussão fica mesmo por conta dos interlocutores de pesquisa, as crianças acolhidas. Encerradas pelos muros da instituição na maior parte do tempo, inclusive nos momentos mais graves e incertos da pandemia, colocam para a pesquisadora um dilema: até que ponto o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como foi o caso da máscara utilizada pela pesquisadora, repercutem na pesquisa?

O artigo seguinte a compor o dossiê, escrito por Ana Paula Pimentel Jacob, vinculada à UnB, discute as questões em torno do famigerado “kit-Covid”, que surgiu durante meados de 2020 como uma saída barata e eficiente para prevenir a infecção pelo coronavírus. Em “‘Nem se o sujeito consumir uma baguete de cloroquina vai ser o suficiente’: reflexões sobre as ciências da Hidroxicloroquina na pandemia da Covid-19”, a autora traz para o debate a posição dos especialistas da área biomédica. Em entrevistas realizadas com cientistas que desenvolveram pesquisas acerca da eficácia da hidroxicloroquina, da ivermectina e outros fármacos que compunham o referido kit, a autora analisa como cientistas e voluntários foram mobilizados em pesquisas realizadas no sentido de comprovar ou não a eficácia do kit de medicamentos difundido por, dentre outras pessoas, o presidente da república à época, Jair Bolsonaro.

O penúltimo trabalho do dossiê, “Vivendo com uma professora na pandemia: relatos etnográficos do cotidiano de uma professora na pandemia da Covid-19”, destaca a

experiência de trabalho de uma professora da educação básica durante o período pandêmico. No texto, a autora destaca os desafios da imposição, em parte arbitrária, do trabalho remoto, tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino. O trabalho é fruto de uma experimentação etnográfica provocada pelas limitações do distanciamento social como forma de evitar a propagação do vírus. No artigo, Rafaela Rodrigues de Paula analisa os elementos éticos que perpassaram a construção da metodologia que foi executada durante o período em que auxiliou sua tia, professora do ensino básico, a lidar com a transição tecnológica e didática que emergiu no contexto pandêmico. Ao mesmo tempo em que prestava esse auxílio, a pesquisadora deslocou seu interesse de pesquisa para dentro da própria família — pessoas com as quais pôde manter contato durante os períodos mais críticos — realizando um movimento de “olhar para dentro” e refletir sobre a possibilidade da pesquisa que estava colocada. Em termos práticos, o texto demonstra como as ferramentas clássicas e consagradas do método etnográfico adquiriram aspectos de obsolescência diante da impossibilidade de realização presencial. Essa questão que, segundo Bruno Latour (2019), implica em uma forma de se reequipar diante da impossibilidade de distanciamento. Foi exatamente essa reaproximação que permitiu a autora do texto dirigir seus métodos e reflexões para viabilizar “uma antropologia possível” e endógena ao mundo em que ela é produzida, considerando as implicações éticas e metodológicas, além de infringir uma reorganização do método científico clássico (do qual a etnografia clássica faz parte) de obtenção, caracterizados por sua metodologia mecanicista.

O artigo que encerra o dossiê traz o corpo para o campo de experimentação dos atravessamentos provocados pelas implicações do surgimento do coronavírus e da deflagração do estado pandêmico. Em “Um estudo socioantropológico acerca da percepção: a experiência de interrupção do olfato e paladar no contexto da Covid-19”, Rodrigo Ferreira e Lays Lopes, pesquisadora da rede Antropo-Covid, analisam os desdobramentos sintomáticos e emocionais provocados em pessoas infectadas pelo vírus da Covid-19, inseridas em um contexto em que diferentes pessoas foram afetadas pela falta de informações e de protocolos suficientes para lidar com a situação. A metodologia do artigo parte de entrevistas semiestruturadas que geraram narrativas densas sobre os aspectos e sentimentos sentidos na pele (ou no corpo) pelas pessoas acometidas por sintomas provocados pela doença.

Respeitando e intensificando aspectos das questões inicialmente propostas por esse dossiê, os artigos oferecem elementos cruciais para a compreensão dos impactos que a pandemia da Covid-19 provocou na estrutura basilar da antropologia. A variabilidade de campos e metodologias empregadas nas pesquisas aqui apresentadas também funcionam como uma fonte de entendimento para os desdobramentos de aspectos metodológicos, sobretudo no que se refere à identificação e reflexão sobre os processos éticos envolvidos na produção do conhecimento antropológico.

Esperamos que as questões que emergiram a partir da conjugação da proposta do dossiê e dos textos que o compuseram possam servir como uma espécie de fagulha, necessária para exercitar a reflexão e outros questionamentos que ponham os/as pesquisadores/as em estado de tensão, fugindo das armadilhas do cânone e estabelecendo um processo dialético incessante e pujante, seja no campo da antropologia da saúde em específico, seja para a antropologia como um todo. Boa leitura!

Referências

BRASIL. *Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia* (Instituída pelos requerimentos nº 1371 e 1372, de 2021). Congresso Nacional, Relatório Final, 2021.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti; MULLER, Elaine. Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de Covid-19 soma na vida de mulheres mães? *Áltera-Revista de Antropologia*, v. 1, n. 10, p. 441-450, 2020.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Por dentro e a partir da casa pandêmica: gênero, trabalho e cuidado ao longo das gerações. In: MALUF, Sônia Weidner Maluf; FRANCH, Mônica; SILVA, Luziana M. da Fonseca; CARNEIRO, Rosamaria; SILVA, Érica Quinágua. *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na Covid-19*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024. p. 47-68.

CARRARA, Sérgio. As Ciências Sociais e a Saúde Coletiva frente a atual epidemia de ignorância, irresponsabilidade e má fé. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo. *Ciências Sociais e o Coronavírus*. Florianópolis: Anpocs e Editora Tribo da Ilha, 2020. p. 64-67.

CARVALHO, Laura Barbosa. *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.

DAS, Veena. *Encarando a Covid-19: meu lugar entre a esperança e o desespero*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p. 1-8, 2020a.

DAS, Veena. *Vidas e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020b.

FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia Borges de. Registros da epidemia do vírus zika em terras recifenses: uma pesquisa coletiva na Antropologia. *Revista Iluminuras*, v. 21, p. 394-402, 2020.

FONSECA, Claudia; FLEISCHER, Soraya; JACOB, Ana Paula. Vulnerabilidades com e para além da pandemia: Deficiência e Covid-19 no Brasil. In: MALUF, Sônia Weidner; FRANCH, Mónica; SILVA, Luziana; CARNEIRO, Rosamaria; SILVA, Érica Quinágua. *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na Covid-19*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024, p. 359-380.

FRANCH, Mónica; SILVA, Ana Paula Marcelino da; SOUZA, Maysa Carvalho; SILVA, Vinicius Gabriel. Da prontidão à exaustão: a experiência entre tempos de mulheres trabalhadoras na crise da Covid-19. In: MALUF, Sônia Weidner Maluf; FRANCH, Mónica; SILVA, Luziana M. da Fonseca; CARNEIRO, Rosamaria; SILVA, Érica Quinágua. *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na Covid-19*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024. p. 21-46.

GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo; LOZANO, Marie- Anne Leal. Finalizando a primeira série do Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus: um balanço inicial. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo. *Ciências Sociais e o Coronavírus*. Florianópolis: Anpocs e Editora Tribo da Ilha, 2020. p. 24-31.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. In: INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios em movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 45-62.

LANGDON, Ester Jean. A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. *Etnográfica*, v. 2, p. 241-260, 2001.

LATOUR, Bruno. *A fabricação do Direito: um estudo de etnologia jurídica*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MALUF, Sônia Weidner. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. *Revista TOMO*, [S. l.], n. 38, p. 251–285, 2021.

MALUF, Sônia Weidner Maluf; FRANCH, Mónica; SILVA, Luziana M. da Fonseca; CARNEIRO, Rosamaria; SILVA, Érica Quinágua. *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na Covid-19*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024.

MARCELINO, Ana Paula. A feira, o comércio os bancos, a rodoviária: relances etnográficos de Goiana na crise da Covid-19. *Áltera-Revista de Antropologia*, v. 1, n. 10, 2020.

MARCELINO, Ana Paula; LONGHI, Márcia Reis. A pessoa idosa e suas múltiplas facetas durante o período pandêmico. In: MALUF, Sônia Weidner Maluf; FRANCH, Mónica; SILVA, Luziana M. da Fonseca; CARNEIRO, Rosamaria; SILVA, Érica

Quináglia. *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na Covid-19*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024, p. 197-212.

MATTINGLY, Cheryl. *Healing dramas and clinical plots*. New York: Cambridge University Press, 1998.

MELLO, Roberta do Nascimento. *Socializando na Casa: uma análise antropológica das sociabilidades de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em tempos de pandemia de Covid-19*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MOURA, Fernanda. *Maternidade como experiência de cuidado: vivência de mães de crianças com microcefalia diante de contextos epidêmicos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020.

PORTO, Rozeli; COSTA, Patrícia. O Corpo Marcado: a construção do discurso midiático sobre Zika Vírus e Microcefalia. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, p. 158-192, 2017.

SEGATA, Jean. Covid-19: as escalas da pandemia e as escalas da antropologia. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo. *Ciências Sociais e o Coronavírus*. Florianópolis: Anpocs e Editora Tribo da Ilha, 2020. p. 44-46.

SILVA, Érica Quinágua; FREJAT, Rafael Pavie. “Estou vivo ou estou morto?”: interface entre saúde e espiritualidade no contexto pandêmico. In: MALUF, Sônia Weidner Maluf; FRANCH, Mônica; SILVA, Luziana M. da Fonseca; CARNEIRO, Rosamaria; SILVA, Érica Quinágua. *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na Covid-19*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024. p. 149-167.

SMITH, Julia. Overcoming the ‘tyranny of the urgent’: integrating gender into disease outbreak preparedness and response. *Gender & Development*, v. 27, n. 2, p. 355-369, 2019.

VENTURA, Deisy de Freitas; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. In: CEPEDISA. *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*, n. 10, 2021. p. 6-31.

VIEIRA, D’Angelles; OLIVEIRA, Linderson. Seguras em seus lares? Uma reflexão sobre a violência contra a mulher em tempos de pandemia. *Áltera-Revista de Antropologia*, v. 2, n. 10, 2020.

WANICK, Heloísa. Observatório Antropológico em tempos de pandemia: colheita de flores “cavada à unha” entre as estradas que cruzam a Universidade Federal da Paraíba. *Áltera-Revista de Antropologia*, v. 2, n. 10, 2020.

TONIOL, Rodrigo. *Boletim Ciências Sociais e o coronavírus*, nº 1, 2020.